



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Oitava Vara da Fazenda Pública

Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano - AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, s/nº - Ilha Joana Bezerra
Recife/PE CEP: 50080900 Telefone: / - Email: - Fax:

MANDADO DE IMISSÃO DEFINITIVA NA POSSE

Processo nº 0104130-78.2009.8.17.0001

Expediente nº 2019.0173.000045



Classe: Desapropriação

Partes:

Autor Município do Recife

Advogado GUSTAVO SANTOS BARBOSA

Réu KIPÃO CENTRAL DE PRODUTOS PARA PANIFICAÇÃO DO NORDESTE LTDA

Oficial de Justiça: Maria das Mercês Lima de Sousa - Matrícula - 1757571

O Doutor Mozart Valadares Pires, Juiz de Direito,

MANDA o Senhor Oficial de Justiça que, em cumprimento ao presente, extraído do processo acima indicado, **EFETUE A IMISSÃO DEFINITIVA do MUNICÍPIO DO RECIFE na posse da construção da edificada sob o terreno de nº 576, Santo Amaro, Recife-PE**, conforme determinado na sentença de fls. 98/98v, cuja cópia segue em anexo.

Local da diligência:

AV. NORTE, 576, Santo Amaro

Recife - PE, CEP. 50.100-000

Eu, Leslie Caron Santana de Oliveira, o digitei e submeti à conferência e subscrição da Chefia de Secretaria.

DECLARO, para os devidos fins, que eu, Laura Rachel A F Lima, subscrevo este expediente por ordem do(a) MM. Juiz(a) desta Comarca. Provimento nº 002/2010 - CGJ-TJPE.

Recife (PE), 18/01/2019.

Laura Rachel A F Lima
Chefe de Secretaria

Mozart Valadares Pires
Juiz de Direito

Rodolfo Paz Barreto

ADVERTÊNCIA: a ofensa, através de palavras ou atos, que redunde em vexame, humilhação, desprestígio ou irreverência ao oficial de justiça poderá configurar o crime de desacato. (Instrução Normativa nº 9/2006, art. 41.)

**Nota Técnica SEDUC/GGAJU Nº
6/2024**

Recife, 09 de abril de 2024

À

Ouvidoria

Referente: Protocolo nº 202410892

Esta nota técnica tem por objetivo o atendimento à manifestação efetivada através do Protocolo nº 202410892, a qual visa esclarecer a ocupação por parte do Município do imóvel, situado na Rua Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar, nº 576, Santo Amaro, Recife/PE, local onde funciona as dependências da Escola Municipal Santo Amaro Severino Gomes (BRIA).

Inicialmente, ressalte-se que o imóvel supramencionado possui natureza jurídica de terreno de marinha e está submetido ao regime de ocupação, tendo como proprietário a União Federal.

Contudo, em 2009, apesar da ocupação do referido imóvel estar com um terceiro, o mesmo foi declarado de utilidade pública pelo Município através do Decreto Expropriatório nº 24.364/13.02.2009. Tendo o Município após a declaração de utilidade pública, proposto a Ação de Desapropriação - Processo nº 0104130-78.2009.8.17.0001, em tramitação perante a 8ª Vara da Fazenda Pública.

Ressalte-se ainda, que o Município foi imitido provisoriamente na posse do citado bem, em 07/11/2010 e definitivamente em 07/11/2013.

Outrossim, informamos que a sentença foi prolatada em 10/07/2018 e a a mencionada ação transitou em julgado em 07/11/2018, conforme certidão em anexo.

Frise-se ainda, que estamos aguardando a expedição da Carta de Sentença para regularizarmos junto a Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco- SPU e ao Cartório de Registro Geral de Imóveis a ocupação do mencionado bem em nome do Município.

Ademais, saliente-se que a Escola Municipal Santo Amaro Severino Gomes (BRIA) está edificada nos imóveis situados na Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar, nºs 570 e 576, ambos devidamente desapropriados pelo Município.

Segue em anexo a documentação comprobatória dos fatos.

Nos colocamos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Walber Fernandes de Souza Ribeiro, Gerente**, em 12/04/2024, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.recife.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2504840** e o código CRC **F657ADD9**.

32.006075/2024-11

2504840v1

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Avenida Cais do Apolo, 925 - Bairro Recife | CEP 50030-903 - Recife PE

Site - www.recife.pe.gov.br





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

Aos 07 dias do mês de ~~Novembro~~ do ano de dois mil e treze, nesta cidade do Recife, Capital de Pernambuco, em cumprimento ao respeitável Mandado de Imissão de Posse, expedido por ordem do MM Juiz de Direito da 8ª Vara da Fazenda Pública e extraído dos autos da Ação de Desapropriação, Processo nº 0104130-78.2009.8.17.0001, requerida pelo Município do Recife, contra Kipão Central de Produtos Para Panificação do Nordeste Ltda., dirigi-me, à Avenida Norte nº 576, bairro de Santo Amaro, e aí sendo após cumpridas as formalidades de estilo, IMITEI O MUNICIPIO DO RECIFE, na posse na construção edificada sob o terreno de número 576, localizada na Avenida Norte, bairro de Santo Amaro, nesta cidade do Recife-PE. Em seguida lavrei o presente AUTO, que depois de lido e achado conforme, segue devidamente assinado por mim Oficial de Justiça encarregado da diligência e pelo lmitido (representante legal do Município do Recife-PE)

[Redacted signature area]

[Redacted signature area]

[Redacted signature area]

46
Júdice



PREFEITURA DO

RECIFE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 8ª
VARA DA FAZENDA PÚBLICA DO RECIFE - PE

OOL-2009.104130-0

DIR / FORAM DO RECIFE 23/MAR/2009 16:16 00005720 V2

O **MUNICÍPIO DO RECIFE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede de seu governo no Cais do Apolo, 925 - 3º andar, local onde receberá intimações, por seu procurador infra-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 5º, "I", do Decreto-lei nº. 3.365/41, propor a presente **AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO** em face de **KIPÃO CENTRAL DE PRODUTOS PARA PANIFICAÇÃO DO NORDESTE LTDA.**, com endereço na Av. Norte, nº 570, Santo Amaro, Recife, PE, nos termos que se seguem.

I - DO IMÓVEL OBJETO DA DESAPROPRIAÇÃO

O imóvel a ser desapropriado é a **construção edificada sob o terreno de nº 576, Bairro de Santo Amaro**, nesta Capital.



PREFEITURA DO

RECIFE

A declaração de utilidade pública do referido imóvel se deu através do Decreto 24.364 de 13 de fevereiro de 2009 (doc. 01). O imóvel destinar-se-á à instalação da nova sede da Escola Municipal de Santo Amaro.

Segundo certidões dos Cartórios de Registros de Imóveis inexistente assentamento imobiliário do imóvel em questão.

É importante verificar que o imóvel se localiza em terreno de marinha ocupado a título precário por terceira pessoa que cedeu por escritura pública seus direitos ao expropriado, conforme registro imobiliário e certidão da Secretaria do Patrimônio da União (documentos anexos).

Assim sendo, o valor da indenização deverá refletir tão-somente as benfeitorias nele existentes, como, aliás, entende a jurisprudência pacífica do STF, a saber:

"Desapropriação. Terreno de Marinha. Ocupação. Indenização. Ao ocupante de terreno de marinha, que não se equipara ao enfiteuta, dada a inexistência de aforamento, só é devida a indenização por benfeitorias. Recurso Extraordinário conhecido, porém, denegado" (RE 93.074-SP, 1ª Turma, Rel. Min. Rafael Mayer, *in* RTJ 96/928).

Do voto do eminente relator do Recurso Extraordinário, cuja ementa foi acima transcrita, destaca-se o seguinte:



PREFEITURA DO
RECIFE

"Por outro lado, em face do Decreto-Lei nº. 9.770/46, o regime de ocupação tem caráter precário, podendo a União, em qualquer tempo, retomá-lo sumariamente, indenizando apenas as benfeitorias existentes."

Esclareça-se, outrossim, que o Município do Recife tomará as providências administrativas pertinentes, a fim de obter junto à União o aforamento ou mesmo a cessão gratuita do imóvel em questão, a critério da Secretaria do Patrimônio da União.

II – DO PREÇO OFERTADO

A benfeitoria a ser desapropriada trata-se de prédio tipo galpão construído em alvenaria de tijolos cerâmicos, rebocada e pintada; piso em cerâmica; teto em estrutura de madeira coberto parcialmente com telhas cerâmicas; instalações elétricas, hidráulicas e sanitárias sem funcionamento. Possui área construída de 280,25m², idade aparente de 30 anos e estado de conservação precisando de reparos simples.

A avaliação do imóvel, elaborada por engenheiro civil, conclui que a benfeitoria ser desapropriada possui o valor de R\$ 109.350,04 (cento e nove mil, trezentos e cinquenta reais e quatro centavos) – (doc. 03).

Desse modo, o Município oferta nesta ação o valor acima referido por ser a justa indenização devida pela desapropriação da benfeitoria.



PREFEITURA DO

RECIFE

IV – DO PEDIDO DE IMISSÃO NA POSSE

Considerando-se a urgência na desapropriação, conforme declarada no art. 4º do Decreto expropriatório, e, com fundamento no art. 15, § 1º do Decreto-lei nº 3.365/41, o Município do Recife, mediante o depósito do justo preço ora ofertado, vem requerer a prévia imissão na posse do imóvel expropriando.

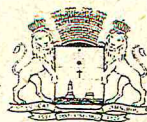
V – PEDIDOS FINAIS

Diante do que foi exposto, o Município do Recife requer que, após a imissão provisória na posse, seja determinada a citação do expropriado para que apresente sua contestação no prazo legal, sob pena de revelia, juntando o título dominial comprobatório do interesse de agir que possuir, com negativa de ônus e alienações.

Requer, também, a intimação do douto representante do Ministério Público para intervir no feito.

Requer, por fim, seja julgada procedente a presente ação, para o fim de ser determinada a definitiva expropriação do bem em questão, confirmando-se, ainda, o preço ofertado nesta inicial.

Protesta provar o alegado por todos os meios probatórios permitidos em direito, especialmente juntada de novos documentos e prova pericial, caso se faça necessário.



PREFEITURA DO

RECIFE

Dá-se à causa o valor de R\$ R\$ 109.350,04
(cento e nove mil, trezentos e cinquenta reais e quatro centavos).

Termos em que
Pede deferimento.

Recife, 20 de março de 2009.

GUSTAVO SANTOS BARBOSA

Procurador Judicial

Matrícula 66.274-2

OAB/PE 22.008

14/Fev, 2009

Edição 21

Cadernos do Poder Executivo

≡ Poder Executivo

Prefeito: João da Costa Bezerra Filho

DECRETO Nº 24.364 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2009

EMENTA: Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação total, os imóveis que especifica.

O PREFEITO DO RECIFE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 54, inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Recife, e tendo em vista o disposto o art. 5º, alínea "i" e "m" do Decreto Lei nº 3.365. de 21 de junho de 1941.

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação total, os imóveis situados no bairro de Santo Amaro, nesta cidade, a seguir relacionados:

I - Avenida Norte, números 570 e 576;

Art. 2º Os imóveis a que se refere o artigo anterior destinar-se-ão à instalação da nova sede da Escola Municipal de Santo Amaro.

Art. 3º As despesas decorrentes desta desapropriação correrão por conta da dotação orçamentária nº 1401.12.361.1.207.16.043 a fim de promover a Expansão na Rede Física da Educação Municipal.

Art. 4º Fica declarada a urgência da desapropriação, para fins de imissão provisória na posse dos imóveis de que trata este Decreto.

Art. 5º A Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental / SPPODUA, através da Empresa de Urbanização do Recife - URB - RECIFE, entidade da Administração Pública Indireta do Município do Recife, fica autorizada, na forma legal pertinente, a promover a desapropriação resultante deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 13 de fevereiro de 2009.

JOÃO DA COSTA BEZERRA FILHO
Prefeito da Cidade do Recife

RICARDO PEDROSA SORIANO DE OLIVEIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

CLÁUDIO DUARTE DA FONSECA
Secretário de Educação, Esporte e Lazer



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
CENTRAL DE AGILIZAÇÃO PROCESSUAL DA CAPITAL
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO
Av. Desembargador Guerra Barreto, s/nº, Joana Bezerra

Processo nº 00104130-78.2009.8.17.0001

SENTENÇA

Visto etc.

Município do Recife ingressou com a presente *ação de desapropriação* em face de **Kipão Central de Produtos para Panificação do Nordeste**, alegando que de acordo com o Decreto Municipal nº 24.364, de 13.02.2009, foi declarado de interesse público, para fins de desapropriação, o imóvel localizado no terreno de nº 576, bairro de Santo Amaro, Recife-PE, com área construída de 280,25m² e devidamente descrito na inicial. Destaca que o imóvel se localiza em terreno de marinha e é ocupado por terceira pessoa, que cedeu por escritura pública seus direitos ao expropriado, pelo que apenas cabe indenização pelas benfeitorias. Aduziu que, após avaliação de engenheiro civil, chegou à conclusão de que a área a ser desapropriada vale R\$109.350,04 (cento e nove mil, trezentos e cinquenta reais e quatro centavos). Requereu a imissão provisória na posse do imóvel e, ao fim, a expropriação do bem discriminado.

Juntou os documentos de fls. 07/23.

Foi autorizado o depósito e deferida a liminar, determinando-se a citação da ré (fl. 25).

Juntado o comprovante de depósito (fls. 34/35).

Certidão atesta que a parte ré se deu por citada e retirou os autos por meio de seu advogado em 08/06/2010 (fl. 37).

Por mais de uma vez, a parte autora peticionou pela busca e apreensão dos autos, ante a não devolução pela parte ré (fls. 40/41, 44/46, 56, 57/58).

Apenas em 04/04/2013 a parte ré juntou contestação aos autos, questionando o valor atribuído ao imóvel e pedindo prazo para apresentar laudo (fls. 61/63).

Em réplica, o autor pediu o desentranhamento da peça contestatória ante ao patente descumprimento do prazo para resposta e que se opõe ao requerimento de prazo para apresentação de laudo, já que a parte ré, que reteve os autos por três anos, já teve tempo mais do que razoável para apresentar laudo (fls. 70/72).

O Ministério Público disse ser desnecessária sua intervenção (fls. 75/76).

Imissão provisória da posse conferida ao município em 03/05/2010 certificada por oficial de justiça e auto de imissão da posse (fls. 84/85).

Novo auto de imissão da posse conferido ao município em 07/11/2013 (fl. 95).

É o relatório

Passo a fundamentar e decidir.

Tem-se em perspectiva ação de desapropriação arrimada no Decreto Municipal nº 24.364 de 13/02/2009, do imóvel localizado na Avenida Norte, nº 576, bairro de Santo Amaro, que foi declarado de interesse público, para fins de desapropriação, com área construída de 280,25m² conforme descrito e caracterizado no decreto (fl. 07), destinada à instalação de nova sede da Escola Municipal de Santo Amaro, hoje já inaugurada e em funcionamento.

Em casos desse jaez, é cediço que a cognição judicial está restrita a eventuais vícios do processo judicial ou, então, à impugnação do preço. Em sendo assim, importa anotar que não foram constatados, na espécie, vícios de qualquer natureza.

Quanto ao preço, é dever do Magistrado, obedecendo a mandamento constitucional, perseguir a justeza da indenização, de modo a que o expropriado não receba um valor aquém do devido, nem que o expropriante seja condenado a pagar um valor superior ao que seja devido, o que revela notório interesse público, já que a indenização é custeada pela sociedade.



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
CENTRAL DE AGILIZAÇÃO PROCESSUAL DA CAPITAL
FÓRUM DESEMBARGADOR RODOLFO AURELIANO
Av. Desembargador Guerra Barreto, s/nº, Joana Bezerra

No caso, a indenização diz respeito à construção existente em terreno de marinha e laudo de avaliação elaborado por engenheiro civil, em 08/09/2008, chegou a um valor de R\$109.350,04 (fls. 08/11).

O réu permaneceu com os autos por três anos e em sua peça de defesa apenas fez alegação genérica de que o valor oferecido não seria compatível com o valor de mercado, porém sem trazer qualquer elemento de prova.

Isto posto, **julgo procedente** o pedido formulado na inicial para declarar incorporada ao patrimônio do autor o imóvel descrito e caracterizada na peça vestibular, mediante o pagamento da importância de R\$109.350,04 (cento e nove mil, trezentos e cinquenta reais e quatro centavos), já depositada.

Em consequência, torno definitiva a liminar de fl. 25 e determino a expedição de mandado de imissão definitiva de posse, servindo esta, ainda, de título hábil para a inscrição no Cartório de Imóveis.

Condiciono o levantamento do preço ao cumprimento pelo(s) réu(s) do contido no art. 34, do Decreto-lei nº 3.365/41.

Condeno, outrossim, a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios, ora arbitrados em R\$1.000,00 (mil reais).

P.R.I.

Recife/PE, 10

CLAUDIO DA CUNHA CAVALCANTI
Juiz de Direito Substituto



AUTO DE IMISSÃO DE POSSE

Aos três dias do mês de maio de 2010, nesta capital, PE, em cumprimento ao mandado de Expediente nº 2010.0173.000286, expedido por ordem do MM Juiz de Direito da Oitava Vara da Fazenda Pública e extraído dos autos do processo de nº 0104130-78.2009.8.17.001, Ação de Desapropriação, requerida pelo Município do Recife, dirigi-me a URB- localizada na Av. Conde da Boa Vista - Boa vista, e e ai sendo, na Procuradoria Jurídica daquele órgão após as formalidades legais, IMITI NA POSSE PROVISÓRIA do imóvel referido o Município do Recife, na pessoa de Dr. José Carlos Robalinho Matrícula nº 045-70. Tudo conforme ordem judicial constante deste mandado.

Em seguida lavrei o presente Auto que lido e achado conforme, segue assinado por mim oficial de justiça, pelo representante do autor e pelas testemunhas.

Antonildo Ferreira da Silva
Oficial de Justiça

Autor Met. 04570 - J

Testemunhas

Recife, 03 de maio de 2010.



0104130-78.2009.8.17.0001 Ação de De

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO

CGJPE
FLS. 0102
8Fazenda

Certifico que a sentença de fls. 98/98v.
transitou em julgado em 27/09/2018.
O certificado é verdade e dou fé.
Recife 07/11/2018

Laura Raquel A. F. Lima
Chefe de Secretaria

22

O referido é verdade.

bioRxiv preprint doi: <https://doi.org/10.1101/000000>; this version posted January 1, 2016. The copyright holder for this preprint (which was not certified by peer review) is the author/funder, who has granted bioRxiv a license to display the preprint in perpetuity. It is made available under aCC-BY-NC-ND 4.0 International license.



www.LeisMunicipais.com.br

DECRETO Nº 24.201, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2008

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO TOTAL, OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Recife, no uso das atribuições que lhe confere o art. 54, inciso XI, da Lei Orgânica do Município do Recife, e tendo em vista o disposto no art. 5º, alíneas "I" e "m" do Decreto Lei nº 3.365. de 21 de junho de 1941, DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação total, os imóveis números 570 e 576 na Avenida Norte, situados no bairro de Santo Amaro neste município.

Art. 2º Os imóveis a que se refere o artigo anterior destinar-se-ão à instalação da nova sede da Escola Municipal de Santo Amaro.

Art. 3º As despesas decorrentes desta desapropriação correrão por conta da dotação orçamentária nº 1401.12.361.1.207.16.043 a fim de promover a Expansão na Rede Física da Educação Municipal.

Art. 4º Fica declarada a urgência da desapropriação, para fins de imissão provisória na posse dos imóveis de que trata este Decreto

Art. 5º A Secretaria de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental/SPPODUA, através da Empresa de Urbanização do Recife - URB - RECIFE, entidade da Administração Pública Indireta do Município, fica autorizada, na forma legal pertinente, a promover a desapropriação resultante deste Decreto.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Recife, 3 de Dezembro de 2008

JOÃO PAULO LIMA E SILVA
Prefeito do Recife

BRUNO ARIOSTO LUNA DE HOLANDA
Secretário de Assuntos Jurídicos

MARIA LUIZA MARTINS ALÉSSIO
Secretária de Educação, Esporte e Lazer.

ELISIO SOARES DE CARVALHO JÚNIOR
Secretário de Finanças

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 01/06/2009

**Nota Técnica SEDUC/GGAJU Nº
7/2024**

Recife, 19 de abril de 2024

Ao
Portal da Transparência
Referente: Pedido nº 2024002790072009993

Esta nota técnica tem por objetivo o atendimento à manifestação efetivada através do Pedido nº 2024002790072009993, a qual visa esclarecer a ocupação por parte do Município do imóvel, situado na Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar, nº 576, Santo Amaro, Recife/PE, local onde funciona as dependências da Escola Municipal Santo Amaro Severino Gomes (Bria).

Inicialmente, ressalte-se que o imóvel supramencionado possui natureza jurídica de terreno de marinha e está submetido ao regime de ocupação, tendo como proprietário a União Federal.

Contudo, em 2009, apesar da ocupação do referido imóvel estar com um terceiro, o mesmo foi declarado de utilidade pública pelo Município, através do Decreto Expropriatório nº24.364/13.02.2009. Tendo o Município após a declaração de utilidade pública, proposto a Ação de Desapropriação- Processo nº 0104130-78.2009.8.17.0001, em tramitação perante a 8ª Vara da Fazenda Pública.

Ressalte-se ainda, que o Município foi imitido provisoriamente na posse do citado bem, em 07/11/2010 e definitivamente em 07/11/2013.

Frise-se, ainda, que estamos aguardando a expedição da Carta de Sentença para regularizarmos junto a Superintendência do Patrimônio da União em Pernambuco- SPU e ao Cartório de Registro Geral de Imóveis a ocupação do mencionado bem em nome do Município.

Ademais, saliente-se que a Escola Municipal Santo Amaro Severino Gomes (Bria) está edificada nos imóveis situados na Avenida Norte Miguel Arraes de Alencar, nºs 570 e 576, ambos devidamente desapropriados pelo Município.

Segue a documentação comprobatória dos fatos.

Nos colocamos à disposição para os esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Walber Fernandes de Souza Ribeiro, Gerente**, em 22/04/2024, às 11:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.recife.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.recife.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.recife.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **2579670** e o código CRC **8C4320BA**.

32.008442/2024-11

2579670v1

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Avenida Cais do Apolo, 925 - Bairro Recife | CEP 50030-903 - Recife PE

Site - www.recife.pe.gov.br

